

# TRÊS PONTOS PARA REFLEXÃO EM PSICOLOGIA E PROCESSOS EDUCATIVOS: POLÍTICAS PÚBLICAS, FAMÍLIA E VIOLÊNCIA.

## THREE POINTS TO THINK ON PSYCHOLOGY AND EDUCATIONAL PROCESSES: PUBLIC POLICIES, FAMILY AND VIOLENCE.

<sup>1</sup>BARBOSA, V. F.; VARA, F. R. B. R.; SIMONETTI, G. B.; PINTO, H. C. S. A.; BARBOSA, K. O.; DAVID, L. M. D.; AZEVEDO, N. R.; DINIZ, R. S.; FAILLA, S.; CANÔ, S. F.; MACHADO JÚNIOR, L. B. S. M.

<sup>1</sup>Departamento de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

### RESUMO

O estágio em Psicologia e Processos Educativos tem como propósito abordar possibilidades de inserção do psicólogo no contexto escolar/educacional com ênfase nos processos institucionais. Busca-se compreender como educadores e educandos constroem o espaço educativo e por esse espaço são constituídos, em uma práxis cujo foco se desloca do aluno e de seus supostos problemas de aprendizagem em direção aos conflitos e impasses em nível institucional. Procura-se ocupar um lugar que não se encontra no consultório clínico, mas por toda a instituição, o que não impede que se utilize do instrumental clínico ou psicopedagógico quando seja estrategicamente conveniente, sempre adotando uma perspectiva educacional crítica. Neste trabalho apresentamos pontos levantados nos debates em supervisão, tendo como foco: as políticas públicas para educação no Brasil; a relação entre a escola e a família do aluno; a violência e a escola.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional. Políticas Públicas. Família. Violência

### ABSTRACT

The internship in Psychology and Educational Processes is intended to address potential insertion of the psychologist in the school / education with emphasis on institutional processes. We seek to understand how teachers and students construct the educational space and that space is constituted in a praxis whose focus shifts from the student and his alleged learning problems towards conflicts and impasses at the institutional level. Seeks to occupy a place that is not in clinical practice, but on the entire institution, which does not preclude the use of clinical instrumental when it is strategically convenient, always adopting a critical educational perspective. We present the points raised in the discussions in supervision, focusing on: the education policies in Brazil, the relationship between the school and the student's family, and school violence.

**Keywords:** Educational Psychology. Public Policies. Family. Violence.

### INTRODUÇÃO

Este texto é fruto das discussões realizadas ao longo do primeiro semestre de 2013 nas supervisões do estágio de formação em Psicologia, cuja prática está voltada a Psicologia e Processos Educativos. Nosso escopo é a inserção do psicólogo em escolas públicas estaduais e municipais, incluindo instituições de educação especial ou inclusiva (APAEs).

Não abordamos resultados de nossa práxis, pois os trabalhos encontram-se em desenvolvimento e seria temerário apresentarmos conclusões incipientes. Limitamo-nos a uma breve síntese de nossos debates teóricos e das prerrogativas técnicas que nos norteiam.

Acompanhamos as premissas da Psicologia Escolar e Educacional conforme a literatura especializada amplamente aceita pela comunidade profissional e acadêmica; dentre elas, podemos destacar:

- a) O psicólogo na escola também é um educador (REGER, 1981). Sua função na institucional não se resume à resolução de problemas de aprendizagem, compreendendo também a ação educacional, como facilitador e abordando conteúdos não contemplados pelas disciplinas curriculares quando pertinente.
- b) O modelo de trabalho deve superar o clínico tradicional (REGER, 1981; ARAÚJO, CALDAS, 2012; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). O diagnóstico e a psicoterapia não deve ser o centro da ação do profissional, deslocando seu campo de ação para toda a instituição e seus processos.
- c) Deve-se evitar o viés individualizante dos problemas escolares, particularmente quando centrados no aluno (FREIRE, 1981; PATTO, 1981; ARAÚJO, CALDAS, 2012; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). A instituição possui sua dinâmica própria que também compõe o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a atenção a saúde dos educadores (professores, gestores e funcionários) também deve ser trabalhada.
- d) A compreensão da escola como instituição, com seu funcionamento peculiar, suas regras formais e informais, as inúmeras formas de interação entre seus atores e os rumos que as políticas públicas lhe imprimem (GUIRADO, 2009; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).
- e) A luta contra a medicalização e patologização da infância e adolescência (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Evitar o apontar como causa de problemas no cotidiano escolar possíveis transtornos dos alunos e levar em conta que a medicação pode não ser a sua solução.

## **METODOLOGIA**

Nosso foco de pesquisa e atuação evita buscar no aluno a única responsabilidade pelos problemas de aprendizagem e escolarização. Entendemos que a escola, sendo uma instituição, é composta por diversos fatores que não dizem respeito somente ao aluno e suas questões intrapsíquicas ou biológicas. Quando um problema surge nesse espaço, mesmo que em aparência tenha na figura do aluno seu cerne ou causa, é necessário que avaliemos todos os aspectos envolvidos no funcionamento da instituição.

Sabendo da amplitude dessa proposta, procuramos nos centrar neste texto em três aspectos: as políticas públicas para a Educação no Brasil; a relação entre família e escola; e a violência escolar. Tal escolha não se deu por acaso. Reflete os debates realizados nas reuniões de supervisão do estágio curricular de formação em psicologia; traz-nos a possibilidade de uma visão mais ampla sobre a realidade das escolas brasileiras, suas necessidades e possibilidades de atuação. Os temas são extensos e tivemos de nos deter aqui e ali em alguns pontos, cientes da limitação de nosso trabalho.

## **DESENVOLVIMENTO**

### Neoliberalismo e políticas públicas de educação

Cabe ao Estado a implantação de ações que estejam sob sua responsabilidade e a essas ações dá-se o nome de políticas públicas; dentre elas, encontra-se a Educação.

Observe que tais políticas públicas são implementadas por um Estado específico e não por uma entidade abstrata e as ações devem ser pautadas a partir de um contexto histórico, de uma concepção do papel que o Estado deve exercer e não na visão política do partido que esteja no poder.

Veja que a produção e distribuição de bens no Estado neoliberal são realizadas pelo mercado que, entretanto, não supre todas as necessidades individuais e sociais. Diante de tal fato o Estado se vê obrigado a intervir para suprir as necessidades da sociedade que os órgãos privados de produção não dão conta.

Percebe-se que o Estado dito neoliberal nem sempre se comporta como tal, pois várias vezes se vê obrigado a intervir na economia, deixando de lado o neoliberalismo e optando pelo keynesianismo que preconiza maior intervenção do Estado na economia, buscando maior justiça social. (MACHADO JÚNIOR; CONSTANTINO, 2011).

O interessante disso tudo é que a ideologia neoliberal foi apresentada ao mundo como sendo a única alternativa viável para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos e que este sistema evitaria inflação, corrupção, despotismo, ineficiência e que o mercado se autorregularia causando maior justiça social.

Na prática, o Estado neoliberal não vem funcionando tão bem assim, haja vista o estouro da bolha imobiliária americana (Estados Unidos) em 2006 que causou uma crise em “efeito cascata”, praticamente para o mundo inteiro. (MACHADO-JÚNIOR; CONSTANTINO, 2011).

Com relação à educação trata-se de um direito social em que todos devem ter acesso e com isso o ensino público gratuito ganhou espaço em todo o ocidente como um instrumento de acesso ao saber e aos valores necessários a democracia.

Ao longo dos séculos XIX e XX a educação ganhou forte cunho humanista, de promoção do indivíduo como cidadão livre e atuante na esfera pública democrática.

Com o neoliberalismo, no entanto, o que se observa é o abandono gradual da preocupação com a formação humana e a educação passa a virar, tão somente, a formação do indivíduo para o trabalho. Trata-se de um serviço educativo com caráter principalmente instrumental. (LESSARD; TARDIFF, 2008; NÓVOA, 2008).

Os valores relativos à cidadania e a promoção de direitos tornam-se secundários e busca-se somente a mão de obra qualificada. É a chamada racionalidade tecnicista e administrativa que é voltada somente a busca de resultados.

Tais resultados seriam expressos no sistema de exame unificado que são aplicados pelo Estado e que produz dados para que esse mesmo Estado tenha um hipotético controle sobre a educação.

Ao aplicar esses exames o Estado neoliberal responsabiliza diretamente os estabelecimentos de ensino e também os profissionais e minimiza sua culpa. Observa-se aqui uma clara intenção do Estado neoliberal de reduzir as questões educacionais e sociais a questões técnicas, nunca políticas.

De acordo com o capitalismo moderno, a educação é útil para que as desigualdades econômicas não terminem num cataclismo social e para isso o neoliberalismo promove o uso pervertido do voluntariado e das organizações não governamentais, que deveriam ser atividades de desenvolvimento sócio econômico complementar às políticas sociais, e não se encarrega do que realmente compete ao Estado, que joga a responsabilidade que, em tese, seria toda sua, para órgãos não governamentais e para a iniciativa privada.

No Brasil e no Estado de São Paulo mais especificamente, as políticas públicas são marcadas pela indefinição e pela circunstancialidade e as propostas governamentais ora são neoliberais, ora são de cunho social democrata e às vezes nem uma e nem outra. É um ciclo de mudança conforme as circunstâncias o peçam. (MACHADO-JÚNIOR; CONSTANTINO, 2011).

Com isso o setor educacional não se consegue firmar como prioridade efetiva do Estado ficando a mercê da descontinuidade administrativa e de indefinição das diferentes esferas de governo.

Somando a isso temos ainda o fato de que o trabalho do professor se encontra precarizado com docentes que atuam sem garantias, sob regime de admissão em caráter temporário, rotatividade acelerada, sem garantias previdenciárias, isso sem contar que a hora/aula é baixa numa jornada de 40 horas semanais. O fato é que políticas neoliberais na Educação promovem verdadeira desprofissionalização do trabalho docente. A atividade de ensino tornou-se marcada pela improvisação, devido à má qualidade ou ausência de infraestrutura. (MACHADO-JÚNIOR; CONSTANTINO, 2011)

Todos esses fatores trazem como consequência a criação de um “círculo vicioso” no qual a desvalorização e a consequente desqualificação do professor leva a degradação econômica, social e profissional, desvalorizando, com isso, o trabalho docente.

Convém ressaltar, também, que somado a isso, o pensamento neoliberal preconiza a autonomia das unidades escolares, enquanto impõe verticalmente, tanto em nível federal com estadual, diretrizes curriculares que tentam tornar o ensino homogêneo em um país de dimensões continentais.

O fato é que, diante desse quadro, observa-se que o pensamento neoliberal aqui instalado trouxe políticas educacionais confusas e que mudam junto com o governo, ou seja, de quatro em quatro anos. Não existe um plano educacional consistente e que dê a ele continuidade. (MACHADO-JÚNIOR; CONSTANTINO, 2011)

O neoliberalismo à brasileira é tardio, não sendo nem ortodoxo e nem heterodoxo e possui um caráter de ser quase um simulacro e a educação que deveria proporcionar a justiça social, (respeito) e a harmonia acaba não conseguindo cumprir seu papel. (MACHADO JÚNIOR; CONSTANTINO, 2011)

Muito se discute nos dias de hoje se a educação é um bem público ou um bem privado. Essa questão é antiga, mas ela ganha atualmente uma nova amplitude, considerando que nos “tempos mercantis” a educação é encarada como sendo uma mercadoria. (LESSARD; TARDIFF, 2008).

Quando falamos de educação pública ou privada estamos falando da função da educação e não no aspecto econômico. Falamos do caráter público da coisa educativa. É necessário que a educação pública adote conceitos compartilhados no sentido de evitar conceitos reparadores e alienadores. (NÓVOA, 2008).

É preciso que se atente para o fato de que é um equívoco o jogar toda a responsabilidade do que acontece nas escolas sobre os docentes. É preciso observar que todos que estão envolvidos com a escola são responsáveis pelo que lá acontece. Veja

que aqui inclui Estado, direção, professores, funcionários, alunos e família de alunos. Trata-se de uma missão da qual todos tem que participar e não somente os professores.

A lógica de mercado e de competição trouxe uma grande tendência de privatização da escola. Observe que esse fenômeno teve grande colaboração do individualismo; individualismo este apoiado por quadros familiares e religiosos e porque não dizer da estrutura social e econômica. (LESSARD, TARDIFF, 2008; NÓVOA, 2008).

É preciso que se evite esse tipo de educação focada numa realidade restrita que faz do ensino algo privado. É preciso que haja responsabilidade coletiva quando se trata de educação para que a mesma tenha um caráter público e abranja outras realidades sociais. As tendências burocráticas e corporativistas não só emperram o sistema educacional como também transformam os alunos em meros clientes da escola.

Já em se tratando de professores é necessário que os mesmos construam um laço forte com o espaço comunitário da escola na qual estão inseridos. É preciso que se minimize o processo histórico que criou uma espécie de uniformização do trabalho pedagógico. É preciso ir além do ensino tecnicista. É preciso que os docentes reconstruam e redefinam o sentido social de seu trabalho. Para isso é necessário um trabalho de reflexão consigo mesmo e com o coletivo para que encontre os meios e a forma adequada para o desenvolvimento profissional.

Veja que a universalização das ideias no âmbito da educação, que tem a preocupação voltada única e exclusivamente à eficiência escolar ou controle de qualidade, acabam transformando as escolas do mundo inteiro em cópias defeituosas de empresas privadas.

É necessário, quando se fala em educação, ir além do “discurso de superfície”. Para isso é preciso que se compreenda de modo mais aprofundado os fenômenos educativos e não há outra forma de se fazer isso a não ser estudando, pesquisando, conhecendo as realidades, pois se assim não agirmos, certamente ficaremos reféns da ignorância e da demagogia.

Outro aspecto que parece externo à escola mas é de suma importância diz respeito à relação entre a escola e a família dos alunos, como veremos a seguir.

## A família e a escola

Para Soifer (1983, p.23) apud Baltazar et al. (2006)

Família pode ser definida, como estrutura social básica, com entre jogo diferenciado de papéis, integrado por pessoas que convivem por tempo prolongado, em uma inter-relação recíproca com a cultura e a sociedade, dentro

da qual se vai desenvolvendo a criatura humana,premada pela necessidade de limitar a situação narcísica e transformar-se em um adulto capaz, a DEFESA DA VIDA é seu objetivo primordial.

A família é uma instituição afetiva, o espaço no qual acontecem os afetos e os desafetos de seus membros. É na relação com os pais que a criança tem a oportunidade de um dia ser ela mesma. O primeiro ensinamento da criança vem da família, é esta que ensina os elementos fundamentais para a criança se inserir numa sociedade. A família acolhe a criança desde seu nascimento e dá suporte para o seu desenvolvimento e formação. A constituição da personalidade dos filhos se inicia em casa, porém essa constituição também ocorre na escola, lugar em que a criança irá se relacionar grande parte do tempo, tanto com professores, que tem um papel fundamental para esta constituição, tanto com os colegas de classe e da escola em geral.

A relação entre a escola e a família é um assunto de muita relevância para educação em todo o mundo. Como afirmam Montandon e Perrenoud, *apud* Faria Filho (2000) “De uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família (p. 2)”. A forma e a intensidade dessa relação varia muito de acordo com diversos fatores como: estrutura e tradição de escolarização das famílias, classe social, meio urbano ou rural, número de filhos, ocupação dos pais, entre outros fatores.

Segundo Faria Filho (2000), no Brasil, ao longo do século XX, a instituição escolar se fortalece como lugar fundamental e legítimo das novas gerações e ocorre a expansão da escolarização. Embora seja fundamental a participação das famílias na escola, e existe a constatação da necessidade de estabelecer um vínculo entre essas instituições, estudos detectam um afastamento entre ambas e um profundo desinteresse dos pais pela escola de seus filhos.

Ainda segundo Baltazar *et al* (2006, p.25):

A função da escola é educar, conforme o significado etimológico da palavra, *ex* “colocar pra fora” + *ducare* “dirigir o potencial do indivíduo e oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento dessas potencialidades”. Ensino deriva dos étimos *en* (dentro dele) + *signos* (sinais), sendo assim, educar significa colocar “signos para dentro” do indivíduo. Embora a criança leve consigo a escola aspectos constitucionais e vivências familiares, a escola também é peça fundamental para seu desenvolvimento.

Conforme já mencionado, tanto a família quanto a escola tem papéis fundamentais para a formação da personalidade da criança. A criança chega à escola com uma base familiar, mas é na escola que essa formação irá se efetivar. Segundo Baltazar *et al* (2006) três elementos constituem o tripé do processo educacional: aspectos constitucionais, vínculos familiares e o ambiente escolar.

Ribeiro e Andrade (2006) publicaram um artigo “Assimetria na relação entre família e escola pública”, no qual, através de entrevistas com os pais e questionários aplicados a professores de alunos das 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> séries, chegaram à conclusão que os pais, na maioria das vezes, se colocam de forma submissa e não questionadora. O fracasso escolar é visto pela escola como consequência de dificuldades do aluno e da família, e os pais parecem ter internalizado isso e se sentem culpados pela dificuldade escolar dos filhos. Somente em alguns relatos observou-se a visão de que a escola e professor também podem ser responsáveis pelas dificuldades dos alunos. A relação escola/família se baseia em cobranças e exigências por parte da escola, não parece ocorrer um movimento em busca de compreender a realidade vivida pelos alunos e suas famílias.

Baltazar *et al* (2006) relatam algumas fantasias familiares em relação aos filhos e às expectativas quanto à escola, dentre elas: o desejo de que a instituição escolar “eduque” o filho no que a família não se julga capaz, como por exemplo, em relação a limites e sexualidade, e que o filho seja preparado para o ingresso na universidade e para obter êxito profissional e financeiro.

Os mesmos autores apontam também que um ponto essencial na relação entre família e escola é cuidar para que haja harmonia entre a educação que se desenvolve em casa e a educação que se desenvolve no ambiente escolar. A família que faz o intermédio da relação entre a criança e os meios em que ela irá se inserir. Hoje, existem famílias muito diferentes de antigamente, na medida em que cresce o número de famílias em que a maternidade acontece mais tarde, a mulher trabalha fora de casa, há famílias monoparentais, famílias em que os pais não vivem juntos e constituem posteriormente outros núcleos familiares. Futuramente estes modelos familiares manterão a tendência para se alterar, e os modelos de família evoluirão em paralelo com as mudanças sociais.

Uma relação baseada no respeito pelo outro é fundamental para equilibrar o crescimento. Este respeito é a capacidade de ver no outro as suas motivações, necessidades, competências e desejos e de forma racional, mudar o que pode ser mudado de forma a equilibrar o sistema familiar.

De acordo com Soares (2001), o envolvimento da família no processo educacional do filho melhora a imagem da escola e o seu vínculo com a comunidade. Esse envolvimento representa um sucesso, já que não se aprende só na escola; para aprender o aluno deve ser estimulado por um meio favorável. Nada melhor que escola e família trabalhem juntas em prol da eficácia de um bom aprendizado.



Portanto, a escola e os profissionais da educação podem dar o primeiro passo, caso a família não esteja vinculada à parceria entre ambos; é necessário que estejam de acordo para que ambas contribuam ao processo educacional do aluno.

### A violência e a escola

Quando vivemos em sociedade, sofremos a ação dos fatos sociais, que são externos, e nos influenciam; os valores culturais, as regras e as leis, exigem seu cumprimento pelos indivíduos da sociedade, permitindo uma relação de troca e diálogo entre seus membros. Um fato social como a violência, deve ser pensado como um conceito social, amplo e sistêmico.

Em uma concepção geral, a violência é multifocal, e pode ser escalonada conforme seu custo social, podendo ser física e causar danos irreparáveis a saúde, econômicos, ligados ao prejuízo ao patrimônio e à violência moral.

Os motivos que geram a violência podem ser causados por diferenças sócio-culturais, históricas, econômicas, e individuais, como conflitos familiares, uso de drogas, adolescência (referência de formas de comportamento, identidade) e outros.

Na visão de CAVALCANTE (2010), a violência escolar incorpora tanto a perspectiva mais explícita da violência, como agressão entre indivíduos, quanto a violência simbólica que ocorre por meio das regras, normas e hábitos culturais de uma sociedade desigual.

A violência escolar deve ser analisada por diversas perspectivas, dentre elas a do aluno, da equipe pedagógica, e da família dos alunos; é importante se avaliar a gravidade dos incidentes ocorridos e o seu impacto na aprendizagem escolar, assim como seu dano nas relações sociais.

A sociedade tem uma visão da instituição escolar como algo construtivo, de formação, estrutural para o seu desenvolvimento e a violência rompe justamente com isso; esse rompimento afeta negativamente a ideia de educação, de aprendizagem e da comunicação através do diálogo (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

A questão da violência escolar é um assunto difícil de se definir, pois pode se expressar de maneiras diferentes, variando conforme o contexto sócio-histórico em questão e das pessoas envolvidas no conflito. Pode partir de um professor, de um funcionário da instituição, de um aluno, ou de pessoas externas.

Hoje as escolas possuem características diferentes das escolas do século passado. Os seus métodos não acompanharam as mudanças sociais ocorridas com o

tempo, e isso se torna mais um gerador de conflitos. A forma como ela se organiza gera várias formas de resistências, dos jovens e das crianças.

Algumas atitudes disciplinadoras que antigamente eram consideradas normais por parte do professor, como os castigos físicos, hoje não são mais toleradas socialmente. Os regulamentos da instituição escolar também são fatores que podem gerar violência, por serem opressivos e discriminatórios, com métodos avaliativos muitas vezes inadequados, podendo aumentar a evasão escolar e a tensão entre os alunos que a frequentam.

A escola está envolvida em diversas formas de conflitos; seja em seu interior, onde cada aluno traz consigo uma bagagem de valores individuais que cria a diferença entre os alunos (que constituem fatores que podem gerar atritos, brigas, desrespeito e a violência física propriamente dita) e a diferença entre todos os funcionários, alunos e professores da instituição e também no âmbito macroestrutural (sociedade, cultura e política). (ABRAMOVAY, RUA, 2002).

Como afirma Maffesoli (1987), a heterogeneidade pode gerar violência, mas ao mesmo tempo é fonte de vida; ao contrário do idêntico (ou homogêneo), que, quanto mais pacífico, mais potencialmente mortífero.

A violência pode gerar revoltas (por parte de todos integrantes desta), revoltas essas que podem ficar latentes e surgirem de forma ocasional sob a forma de depredações, ofensas e resistências, como forma de sobreviver a esse ambiente cheio de imposições.

A violência nas escolas brasileiras tem sido alvo de muitos debates, e em 29/05/2012, foi homologada as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; nela são considerados instrumentos concretos para o enfrentamento da banalização da violência e para a construção de valores na sociedade, a partir da educação. As políticas públicas, a formação dos professores, a qualidade de ensino, a remuneração e a satisfação dos profissionais da educação também influenciam diretamente na educação oferecida aos alunos. (BRASIL, 2012).

A violência em geral é multifatorial e incorpora questões nem sempre visíveis a primeira vista, e para ser transformada, também requer mudanças em diferentes áreas, como melhores condições sociais, familiares, educativas, preventivas e econômicas.

Ao invés de tratarmos a violência nas instituições escolares com repressão e punições, poderíamos lidar com medidas preventivas, programas de atuação que melhorem as relações sociais do corpo docente e discente e da comunidade ao redor das escolas.

A caracterização da violência nos permite uma intervenção mais direcionada, individualizada, para promover um plano de intervenção focado, favorecendo a articulação através da dinamização de ações entre os estudantes, a instituição e os familiares do envolvidos.

O plano de atuação deve abranger os familiares, de forma que eles possam participar do conflito e dar continuidade e apoio ao trabalho em casa; a escola deve colocar em prática programas no currículo escolar que estimulem a comunicação, façam a mediação, prevejam e simulem os conflitos referentes àquela população atendida, baseados em uma pesquisa sociocultural.

Conforme afirmam Chrispino e Dusi (2008), as três premissas estratégicas para uma política de ensino que contribua para a diminuição do conflito envolvendo estudantes e que utiliza do espaço escolar como palco são: antecipar o fato gerador de conflito, simular seus desdobramentos sociais e grupais e considerar as possíveis escolhas.

A finalidade dessas estratégias é diminuir a surpresa, abrir a relação e fornecer aos estudantes uma percepção entre os conflitos e as escolhas, fornecendo mecanismos para que eles desenvolvam uma reação de mais equilíbrio.

Cabe aos profissionais da educação procurar distinguir as várias formas de violência e criar maneiras para enfrentá-la, procurando envolver todos integrantes, sejam eles alunos, funcionários e familiares, para a construção de valores, regras, normas e atitudes que respeitem uns aos outros dentro da escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação no âmbito escolar envolve amplo espectro de questões a serem levadas em conta. Não se trata somente de se enxergar os problemas que surgem dentro da sala de aula. Eles são parte de um contexto maior que envolve aspectos muito diversos, da macropolítica às relações familiares, passando pelos valores que norteiam o cotidiano institucional e suas consequências de ordem idiossincrática.

Já não estamos falando mais de ação centrada em indivíduos que se encontram dentro da sala de aula, mas uma práxis que compreende criticamente a inserção da escola em um contexto amplo, sendo seu produto e produtor.

O psicólogo escolar e educacional já não pode mais colocar-se simplesmente como o profissional que intervém em situações nas quais as dificuldades de aprendizagem se revele comprometida; ao menos, não da forma como usualmente se compreende os

problemas de aprendizagem. Esta se dá em estreita relação com múltiplos fatores, incluindo aqueles que foram objeto de nosso breve debate.

Nossa pretensão não foi deixar de lado questões pertinentes ao aluno de maneira diretamente individual, mas evidenciar que ele se encontra enredado em diversos processos que lhe dizem respeito de maneira direta. O profissional de psicologia precisa levar em isso em conta, não se contentando com posturas individualizantes ou que restrinjam as possibilidades de reflexão e ação.

A relação com as políticas públicas, as famílias e a violência demanda não somente o profundo conhecimento teórico e técnico, mas postura política, na qual o conhecimento dos processos históricos e sociais da realidade brasileira se une à ação concreta e transformadora em prol de uma educação que emancipe e construa possibilidades concretas de inserção social, cidadania e posicionamento ético.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BALTAZAR, José Antonio *et al.* **Família e escola: um espaço interativo e de conflitos**, São Paulo, Editora Arte & Ciência, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução no. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17810&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866)> Acesso em 2 set 2013.

CAVALCANTI, Lúcia de Albuquerque Williams; STELKO-PEREIRA, Ana Carina. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**. Campinas, vol. 18, no 1, pp. 45 – 55, 2010.

CHRISPINO, Alvaro; DUSI, Miriam Lucia Herrera Masotti. Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.16, n. 61, p. 597-624, out./dez. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. - Brasília: CFP, 2013

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, ano 14, no. 2, p. 44-50, 2000.

FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. In PATTO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo; Editora T.A. Queiroz, 1983. P. 54-72.

GUIRADO, Marlene. Psicologia Institucional: o exercício da psicologia como instituição. **Interação em Psicologia**. Curitiba, no. 13, v. 2, p. 323-333, 2009.

LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. As transformações atuais do ensino: três cenários possíveis na evolução da profissão de professor? In TARDIFF, Maurice; LESSARD, Claude. (Orgs.) **O ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 256-277

MACHADO JÚNIOR, Luiz Bosco Sardinha; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. Neoliberalismo e Políticas Públicas de Educação: A precarização do trabalho docente no Estado de São Paulo. In CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte (org.). **Psicologia, Estado e Políticas Públicas**. Assis: Unesp, 2010. P. 159-174.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. Tradução de Cristina M.V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais/Edições Vértice, 1987.

MOLINA, Rinaldo; ANGELUCCI, Carla Biancha (org.). **Interfaces entre Psicologia e Educação: Desafios para a Formação do Psicólogo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

NÓVOA, A. Os professores e o ‘novo’ espaço público da educação. In TARDIFF, M.; LESSARD, C. (Orgs.) *O ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pp. 217-233

PATTO, Maria Helena Souza. Da psicologia do ‘desprivilegiado’ à psicologia do oprimido. In PATTO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo; Editora T.A. Queiroz, 1983. P. 208-230

REGER, Roger. Psicólogo escolar: educador ou clínico? In PATTO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo; Editora T.A. Queiroz, 1983. P. 9-16

RIBEIRO, Daniele de Figueiredo; ANDRADE, Antonio dos Santos. **A assimetria na relação entre família e escola pública**. *Paidéia*, Franca, ano 16, no. 35, p. 385-394, jun 2006.

SILVA, Aida. **EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA: qual o papel da escola?** DHNET, 2003. Disponível em <[www.dhnet.org.br/inedex.htm](http://www.dhnet.org.br/inedex.htm)> Acesso em 03 set 2013.

SILVA, Luzia Batista de Oliveira; BARCELLOS, Ana Carolina Kastein; MARCON, Gilberto Brandão. **Dilemas na educação no século XXI: refletindo acerca de metodologias, ensino e pesquisa**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011..

SOARES, Jiane Martins. Família e escola: Parceiras no processo educacional da criança. **Planeta Educação**. P. 1-21, 2000. Disponível em <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1853>> Acesso em 2 set 2013.